



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

Maria Lívia Martins Coutinho
Graduada em Letras – Uni-FACEF
marialiviacoutinho@hotmail.com

Natália Aparecida Silva Barbosa
nataliasilvabarbosa@gmail.com

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa – Uni-FACEF
sheilafacef@gmail.com

Resumo

Este artigo faz uma análise qualitativa da prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir da leitura dos documentos oficiais do MEC e de trabalhos recentes sobre o tema, com o propósito de avaliar se de fato, as questões estão de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento de caráter normativo que define o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas da Educação que é responsável pela elaboração do cronograma estudantil nas escolas. A prova escolhida como referência foi a de 2018, por ser a mais recente. Optou-se por privilegiar o conteúdo de Língua Portuguesa, sobre o qual foram analisadas as questões de língua portuguesa presentes na prova. Nota-se, a partir deste trabalho, que a matriz de referência do ENEM tem os mesmos conteúdos e competências exigidos pela BNCC e são de fato trabalhados nas escolas para que os objetivos e concepções sustentem a ideia de uma educação voltada para o desenvolvimento do raciocínio lógico e para a vida cidadã dos estudantes. Os procedimentos metodológicos da pesquisa são: documental juntamente com pesquisas bibliográfica, histórica, análise de corpus – Análise qualitativa das provas. A metodologia da pesquisa perpassa por pesquisa bibliográfica e histórica, nas perspectivas de Perrenoud (1999), Ribeiro (2000), Macedo (2000), dentre outros. É realizada uma análise documental de vertentes federal e estadual dos documentos como *A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017)*, *Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM (2018)*, *Matriz de Referência ENEM (2019)*. Em um segundo momento, é realizada uma análise da Prova do ENEM 2018, na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, especialmente de 27 questões de língua portuguesa, para verificar os conteúdos, as competências e as habilidades exigidas e as possíveis tendências do exame, face à aprovação da BNCC. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que visa observar os valores, as experiências e as vivências do contexto em análise.

Palavras-chave: Conteúdos. Competências. Linguagens códigos e suas tecnologias. BNCC. ENEM.

Abstract

This article makes a qualitative analysis of the test of Languages, Codes and their Technologies of the National High School Examination (Enem), from reading the official documents of the MEC and recent work on the subject, in order to assess whether in fact, the issues are in accordance with The Common National Curriculum Base (BNCC), which is a normative document that defines the progressive set of essential learning that all students should develop throughout the stages of Education that is responsible for preparing the student schedule in schools. The test chosen as a reference was in 2018, as it was the most recent. It was decided to privilege the content of Portuguese Language, on which the issues of Portuguese language present in the test were analysed. Based on this work, it is noted that the ENEM reference matrix has the same contents and competences required by the BNCC and are in fact worked on in schools so that the objectives and conceptions support the idea of an education focused on the development of logical reasoning and on the citizen life of students. The methodological procedures of the research are: documentary together with bibliographic and historical research, corpus analysis - Qualitative analysis of the tests. The research methodology goes through bibliographic and historical research, in the perspectives of Perrenoud (1999), Ribeiro (2000), Macedo (2000), among others. A documental analysis of federal and state aspects of documents such as A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017), Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM (2018), Matriz de Referência ENEM (2019) is performed. In a second moment, an analysis of the ENEM 2018 Test is carried out in the area of Languages, Codes and their Technologies, especially 27 questions of Portuguese language, to verify the contents, skills and abilities required and the possible trends of the exam, given the approval of the BNCC. This is a qualitative research, which aims to observe the values, experiences and experiences of the context under analysis.

Keywords: Contents. Skills. Codes languages and their technologies. BNCC. ENEM.

Submissão: 22/10/2019 **Aprovação:** 07/11/2019

1 Introdução

O interesse pelo desenvolvimento do presente trabalho se deu, a partir da curiosidade das pesquisadoras em conhecer o histórico da educação brasileira, a constituição dos currículos, especialmente em Língua Portuguesa.

Mais ainda, para olhar para as avaliações externas à instituição escolar, como o ENEM, a forma de construção da prova, os conteúdos, as competências e as habilidades exigidas. Sabe-se que o Exame faz parte de uma política pública de avaliação do desempenho da educação brasileira e, nesse sentido, quando se troca um governo ou se descontinua uma política, tudo pode mudar.

Com a aprovação da *Base Nacional Comum Curricular* do ensino médio, em 2019, a tendência é que o Exame sofra alterações, a partir de agora.

Sabe-se que o ensino, no nível médio, em escolas particulares, mas também públicas, faz-se, geralmente, a partir de provas de vestibulares e também do ENEM.



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

Gautério e Rodrigues (2013) afirmam que, para estudantes e pais, formas diferentes de avaliação não passam despercebidas. A cultura escolar tende a se tornar diferente, para atender às novas demandas sociais, principalmente em ambientes, cuja preocupação é a aprovação de estudantes em vestibulares.

Diante do contexto, construiu-se o seguinte problema de pesquisa: que conteúdos, competências e habilidades têm sido exigidos, nas provas do ENEM – questões fechadas - e que podem ser refletidos na condução do ensino de língua portuguesa atualmente? Quais as tendências devem surgir se considerados os preceitos da BNCC?

Como hipóteses, apontam-se: 1) prioritariamente, cobram-se gêneros textuais e discursivos, em sua diversidade; 2) são menos recorrentes questões gramaticais, mas quando exigidas, são de cunho reflexivas, a partir das situações problema, trazidas nos textos; 3) são corriqueiras questões que testam conhecimento de linguagens verbais e não verbal; e 4) majoritariamente, competências de leitura e interpretação de textos diversos são comuns, assim como avaliação de uso da língua portuguesa, em contextos cotidianos.

Para responder ao problema de pesquisa, estabeleceu-se como objetivo geral analisar a prova do ENEM 2018, questões fechadas, na área de códigos, linguagens e suas tecnologias, especialmente de língua portuguesa, a fim de verificar os conteúdos, as competências e as habilidades exigidos, aos candidatos, e que de certa forma, influenciam o ensino de língua materna, além de anunciar a política de avaliação solicitada no Exame.

Como objetivos específicos, que auxiliam no cumprimento da proposta geral:

a) elaborar um histórico da democratização do ensino no Brasil, trazendo também discussões sobre o ensino de língua portuguesa, no referido contexto;

b) analisar documentos oficiais que mostram a trajetória histórica de ensino de língua portuguesa, especialmente no estado de São Paulo;

c) estudar a *Base Nacional Comum Curricular* e o que se pressupõe para o ensino de língua portuguesa, e as cobranças nas próximas avaliações do ENEM; e

d) analisar a prova do ENEM - 2018 e, especificamente, a parte de Língua Portuguesa, para verificar como se avaliam os conteúdos da área, assim como as competências exigidas para tal.

A metodologia da pesquisa perpassa por pesquisa bibliográfica e histórica, nas perspectivas de Perrenoud (1999), Ribeiro (2000), Macedo (2000), dentre outros. É realizada uma análise documental de vertentes federal e estadual dos documentos como *A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017)*, *Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM (2018)*, *Matriz de Referência ENEM (2019)*. Em um segundo momento, é realizada uma análise da Prova do ENEM 2018, na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, especialmente de 27 questões de língua portuguesa, para verificar os conteúdos, as competências e as habilidades exigidas e as possíveis tendências do exame, face à aprovação da BNCC. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que visa observar os valores, as experiências e as vivências do contexto em análise.

Inicia-se assim a presente pesquisa com uma breve parte histórica da educação com a chegada dos jesuítas e o impacto do início do regime militar no Brasil para a educação.

No início dos anos 60, sofre-se nos país o golpe, dando o poder aos militares que fizeram da educação uma massa de manobra para a economia implantando assim a pedagogia tecnicista.

A partir dos anos 70, não foi diferente a educação permanecia a favor da economia para desenvolvimento do país, iniciando assim diferentes reformas, como a alteração do nome da matéria e a diminuição da gramática, para se estudar mais a oralidade e coloquialidade.

Em 1980, viu-se o quão desastrosa foi essa mudança, pois os alunos já não sabiam desenvolver frases com coerência nem mais escrever redações.

Em seguida analisou-se o papel dos documentos legais que permeiam o ensino da língua no estado no São Paulo, são eles de vertente federal como as LDBs e PCNs, os documentos de vertentes estaduais como o Currículo do Estado de São Paulo.

Compreendeu-se o que são conteúdos, competências e habilidades, o e quais suas relevâncias para a educação e implementação delas nos novos currículos para nortear escola e docentes.

O documento oficial que se utiliza hoje é a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, não diferentes dos outros que já estiveram em vigor na educação a BNCC vem com uma nova perspectiva, que atende as necessidades atuais.

Esse novo currículo com foco em língua portuguesa enfatiza a necessidade de desenvolver os multiletramentos nos alunos, considerando a cultura digital que predomina hoje no mundo contemporâneo. Esta postura mostra o alinhamento da escola com a atualidade.

O objeto de pesquisa é a prova do Enem, que trilharemos uma pequena parte histórica de seus 20 anos de aplicações. Será analisada a prova do Enem do ano de 2018, com algumas questões do conteúdo específico de Língua Portuguesa (Linguagens, Códigos e suas tecnologias) baseada em conteúdos, competências e habilidades, cobradas pela BNCC.

A prova solicita uma diversidade de textos que misturam gêneros, que trazem a linguagem verbal e não verbal, entretanto com uma temática mais exigente a fatos e fenômenos e propriamente para leitura mais sociais, perdendo então a característica de provas sociais e tratando de questões mais técnicas.

Nossas contribuições partem de dois âmbitos a contribuição pessoal já que nossa temática esta correlacionada com a formação das licenciandas e a contribuição social já que o presente trabalho trás para a comunidade discente e docente, pais e estudantes informações sobre avaliações externas que de certa forma direcionam a forma de ensinar aprender e de olha para a avaliação do ENEM.

2 Histórico da democratização da educação e do ensino de Língua Portuguesa

No presente capítulo, apresentam-se discussões breves sobre a democratização do ensino no Brasil, mas tem o foco no histórico do ensino de língua portuguesa e os processos pelos quais passou, a partir de 1970, especialmente no estado de São Paulo. Para tanto, são analisados documentos que reúnem dispositivos legais e conduzem o ensino da língua materna.



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

Como forma de síntese, talvez empírica uma concepção comum da educação seja: “O Processo pelo qual se procura desenvolver as potencialidades da pessoa humana e integrá-la na comunidade a qual pertença.” Esta é uma definição da educação, de acordo com René Descartes, presente em sua obra *Discurso do método*.

No decorrer da História, os processos e os objetivos da educação tiveram caminhos diferentes, conforme os diversos fatores culturais, nas civilizações antigas do Oriente, a educação era vista como a supressão da individualidade e a conservação do passado; para os gregos, a função da educação era o contrário dava ênfase ao desenvolvimento individual e aos aspectos estéticos e intelectuais. Na Idade Média, a educação ocidental era comandada pela religião. Já no século XX, com o desenvolvimento das ciências sociais e da psicologia, foram discutidos novos problemas para a educação e tal desenvolvimento foi responsável por inúmeras transformações. Neste sentido nomes como John Dewey, Jean Piaget, Maria Montessori, Saraiva entre outros estudiosos destacam-se.

A educação, no decorrer dos anos entre 1964 a 1985, relacionou-se à repressão e á privatização do ensino, exclusão das classes populares do ensino público de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante, desvalorização do magistério por uma legislação educacional complexa e contraditória e ao tecnicismo pedagógico. As contradições econômicas e sociais desse período criaram um clima propício para o Golpe de 1964. Com os militares no poder surgiu no Brasil uma política de repressão da sociedade e um controle direto em escolas, sindicatos, partidos políticos entre outras coisas, e foi nesse período de turbulência brasileira que foi criada a “nova” reforma educacional que alterava toda a estrutura do ensino brasileiro. Com a Lei 5.692/71, foram criadas as diretrizes de implementação e implantação do ensino de 1º e 2º gr au conforme os novos nomes dados para o antigo curso primário, ginásio e colegial. Esse documento apresentava as novas propostas para os níveis da educação, o capítulo 1 apresentava os objetivos para o ensino que corresponde hoje à educação básica.

A história da educação no Brasil começou em 1549, com a chegada dos primeiros padres jesuítas, inaugurando uma fase religiosa movida pela vontade de catequizar os índios que aqui viviam para a propagação da fé cristã. Durante mais de 200 anos, os jesuítas foram os únicos educadores no Brasil.

Para o Brasil, a expulsão dos jesuítas significou, entre outras coisas, a destruição do único sistema de ensino existente no país. Para Azevedo (1932), foi “a primeira grande e desastrosa reforma de ensino no Brasil”. Como bem colocou Niskier:

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas (NISKIER, 2001, p. 34).

Neste período, o então rei de Portugal, D. José I, nomeia para seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que caminhava no sentido de recuperar a economia através de uma concentração do poder real e

de modernizar a cultura portuguesa, reforçando o pacto colonial, iniciando assim, uma tentativa de transformação no século XVII com as reformas pombalinas. Essas reformas visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, seguindo o exemplo da Inglaterra, além de adaptar sua maior colônia o Brasil, a fim de acomodá-la a nova ordem pretendida em Portugal. A ideia de por o reinado português em condições econômicas que permitissem competir com as nações estrangeiras era talvez a mais forte razão das reformas pombalinas.

A política educacional, como qualquer outra de Pombal, era lógica, prática e centrada nas relações econômicas portuguesas. A reforma educacional pombalina atingiu seu ponto mais alto com a expulsão dos jesuítas, precisamente das colônias portuguesas, tirando o comando da educação das mãos dos padres e passando para as mãos do estado. Extintos os colégios jesuítas, o governo não poderia deixar de suprir a enorme lacuna que se abriu na vida educacional, tanto portuguesa como de suas colônias, ao expulsar os jesuítas da colônia e, ao mesmo tempo, criava as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas.

Com os recursos deste imposto, chamado subsídio literário, além do pagamento dos ordenados aos professores, para o qual ele foi instituído, poder-se-iam ainda obter as seguintes aplicações: 1) compra de livros para a constituição da biblioteca pública, subordinada à Real Mesa Censória; 2) organização de um museu de variedades; 3) construção de um gabinete de física experimental; 4) ampliação dos estabelecimentos e incentivos aos professores, dentre outras aplicações (CARVALHO, 1978, p. 128).

Dessa forma, foi implantado o novo sistema educacional, que deveria substituir o sistema jesuítico. Aberto que estava à modernidade europeia, incorporou partes dos discursos sobre a ação do estado na educação e passou a empregá-lo para ocupar o vácuo que foi deixado com a saída dos jesuítas, pelo menos no que diz respeito ao controle e gestão administrativa do sistema escolar.

Desta época em diante, só foram aparecer novos educadores no começo do século seguinte, em 1808, com a vinda da família real para o Brasil-Colônia, e só a partir daí, que a educação e a cultura brasileira tomaram um novo impulso, com o surgimento de instituições culturais e científicas, de ensino técnico e dos primeiros cursos superiores, como os de medicina nos estados do Rio de Janeiro e da Bahia.

A partir daí, Ribeiro (2000) nos mostra que com a Independência do País, conquistada em 1822, algumas mudanças no panorama sócio-político e econômico pareciam esboçar-se, inclusive em termos de política educacional. De fato, na Constituinte de 1823, pela primeira vez, associa-se sufrágio universal e educação popular – uma como base do outro.

É debatida também a criação de universidades no Brasil, com várias propostas apresentadas. Como resultado desse movimento de ideias, surge o compromisso do Império, na Constituição de 1824, em assegurar “instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”, confirmado logo depois pela Lei de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e vilarejos, envolvendo as três instâncias do Poder Público. Teria sido a “Lei Áurea” da educação básica, caso tivesse sido implementada.



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

Na década de 1920, devido mesmo ao panorama econômico-cultural e político que se delineou após a Primeira Grande Guerra, o Brasil começa a se repensar. Surgem nesse período, as primeiras Universidades Brasileiras, do Rio de Janeiro (1920), Minas Gerais (1927), Porto Alegre (1934) e Universidade de São Paulo (1934). Esta última constitui o primeiro projeto consistente de universidade no Brasil, daria início a uma trajetória cultural e científica sem precedentes. A Constituição promulgada, após a Revolução de 1930, em 1934, consigna avanços significativos na área educacional, incorporando muito do que havia sido debatido em anos anteriores. No entanto, em 1937, instaura-se o Estado Novo outorgando, ao País, uma Constituição autoritária, registrando-se em decorrência um grande retrocesso.

Após a queda do Estado Novo, em 1945, muitos dos ideais são retomados e consubstanciados no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enviado ao Congresso Nacional em 1948 que, após difícil trajetória, foi finalmente aprovado em 1961 (Lei nº 4024).

No item seguinte, trata-se da década de 60 e as seguintes. Tem discussão especial em razão da correspondência com a proposta deste trabalho.

2.1 Para a popularização do ensino (década de 60)

A década de 1960 trouxe um marco gigantesco para o Brasil, e para a educação. As grandes mudanças se iniciaram com o Golpe de 64, no qual os militares derrubaram o governo de Joao Goulart. Com a chegada do novo governo militante, a educação virou negócio, a evolução da indústria e o capitalismo ganharam relevância, deixou de tratar o aluno como um ser social, cultural e passou a tratar como moeda de troca, não só ele, mas a educação em geral. O começo de tudo foram os acordos internacionais. Porque as nações que essas empresas exigiam do nosso governo mão de obra qualificada, e assim a educação deixou de ser destinado para vida e destinou-se para o trabalho, colocando a escola como responsável por criar bons profissionais. Diante de tais ideias foi introduzida a pedagogia tecnicista, na qual o governo alegava que a pedagogia veio para a salvação do país (FRIGOTTO, 2010).

Para Frigotto:

A educação no Brasil, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, de prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções de valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais foi reduzida, pelo economicismo a mero fator de produção – “capital humano”. Asceticamente abstraída das relações de poder passa a definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Essa concepção de educação como “fator econômico” vai constituir-se numa espécie de fetiche, um poder em si que, uma vez adquirido, independentemente das relações de força e de classe, é capaz de operar o “milagre” de equalização social, econômica e política entre indivíduos, grupos, classes e nações (2010, p. 20).

A necessidade de uma grande quantidade de mão-de-obra levou os filhos dos trabalhadores à escola. Nesse momento, a grande massa chega ao ensino, os professores não estavam nem preparados nem qualificados para tamanha mudança, não tinham curso específico para a área de língua portuguesa, mas apenas de filosofia. Assim, sentiu-se a dificuldade em lidar com estudantes de todos os tipos de culturas, condições etc. A escola passa por um período de expansão, não atende somente os filhos da elite, falantes cultos, mas também os filhos dos “pobres” falantes, com significantes variedades linguísticas. O ensino deixou de ser para poucos e passou a ser para todos, assim os professores foram submetidos a esta adequação. Eles que eram autônomos em criar seus conteúdos e com total autonomia, para desenvolver suas aulas, tiveram que se adaptar à nova forma de ensino, pois foi criado o material didático, que desmotivou e desvalorizou o professor, perdendo assim sua total autonomia em criar suas aulas e, com isso, reduzindo sua remuneração pois se entendia que não havia mais a necessidade de elaborar aulas, desta forma, as aulas não terão mais a mesma qualidade.

2.2 Sobre o estudo da língua portuguesa: focos históricos e legais

Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases de 1971, resultado da intervenção feita nesse período pelo movimento militar de 1964, a nova lei colocava a educação a serviço dos objetivos e ideologias do governo da época, passando a língua a ser focada para o uso. Na época, o nome da disciplina foi alterado, nas séries iniciais, o ensino de língua portuguesa da 1ª a 4ª séries foi transformado em comunicação e expressão. De 5ª a 8ª séries em comunicação e expressão em língua portuguesa.

Nesse cenário, a gramática passou a ser minimizada nos livros didáticos e os textos de jornais e revistas passaram a conviver com os textos literários. Como consequência dessas mudanças, os exercícios de expressão oral passaram a fazer parte dos livros didáticos e os textos literários mais elaborados foram substituídos por crônicas de linguagem coloquial. No currículo escolar, as disciplinas de língua portuguesa e de literatura brasileira só apareciam mesmo no colegial, que também passaram por mudanças em que foram criadas as diretrizes de implementação e implantação do ensino de 1º e 2º graus, conforme os novos nomes dados para o antigo curso primário, ginásio e colegial. O documento apresentava as novas propostas para os níveis da educação.

No capítulo 1, mostrava os objetivos para o ensino que corresponde hoje à educação básica.

Art.1º. O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

§1º Para efeito do que dispõem os arts. 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau (JUSBRASIL, 2019, online).

Os estudos para a reforma do ensino de 1º e 2º graus tiveram início em 1969, a partir da elaboração de dois pareceres do Conselho Federal de Educação pareceres de número 466/69 e 793/69, sob a autoria de diversas pessoas, o que



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

resultou na formação do primeiro grupo de trabalho a apresentar sugestões para a reforma do ensino primário e médio que correspondia ao ginásial e ao colegial da época (SARAIVA, 1984).

No Parecer 466/69, do Conselho Federal de Educação já apareciam alguns dos princípios que estavam na Lei 5.692, como o fim do exame de admissão nas escolas e a continuidade dos estudos do antigo primário para o ginásio:

O 1º ciclo – o ginásio – é mais um trecho da mesma estrada iniciada com a escola primária. Nem uma nem outra devem perder-se nas abstrações infecundas: ambas têm diante de si a vida da criança e a dinâmica da comunidade. Cobrem faixas etárias diversas, mas colimam fins semelhantes [...] abrindo os horizontes da cultura geral, no âmbito do primário ao ginásio, os sistemas de ensino estão cuidando, básica e essencialmente do homem e no seu ajustamento ao meio e ao tempo (SARAIVA 1984, p. 20).

Já o parecer 793/69 seguia as recomendações dadas pela IV *Conferência Nacional de Educação*, ressaltando que o curso ginásial deveria ser a continuação do curso primário.

Assim, a Lei 5.692/71 foi saudada como a panaceia, como a redenção da educação brasileira, ironicamente, até mesmo entre os educadores no período militar. A reforma educacional implantada atendia ao chamado de construção de um “projeto nacional” que serviria como alavanca para o desenvolvimento do “Brasil – Potência” (SAVIANI, 1987, p. 127).

Entrando na década de 1980, o péssimo rendimento dos alunos em redação, como inúmeros erros de ortografia, falta de coesão textual, pobreza de vocabulário entre outros problemas colocou em discussão todo o modelo de ensino adotado em 1971. Nesse período, com a defasagem, as faculdades de Letras e de Jornalismo passaram a oferecer aulas de reforço de língua portuguesa diante dos inúmeros problemas, a disciplina de Comunicação e Expressão acabou sendo extinta, voltando a oferecer o ensino de Português. A partir desse período, surgiram várias discussões sobre o uso da gramática e das normas cultas nas escolas. Com isso, diversos estudiosos começaram a refletir sobre esta questão. Foi então que Evanildo Bechara começou a defender que tanto o uso privilegiado da gramática normativa, como da pura oralidade, eram um equívoco, pois não existia uma única língua padrão. A equipe técnica de Língua Portuguesa do CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão) começou a elaborar novas propostas curriculares de ensino tanto para o primeiro grau, como para o segundo, com o objetivo de prática pedagógica mais eficiente. Essas novas propostas tiveram como subsídio em um encontro, em São Paulo, em que professores e monitores de língua portuguesa se reuniram, com o intuito de aprofundar a reflexão sobre o ensino.

A partir daí, a escola passa a carregar com ela a pressão de ser responsável por ingressar os alunos no curso superior, perdendo assim o mais importante objetivo da escola de formar indivíduo crítico e consciente, de forma a ser um real cidadão e contribuir positivamente na sociedade.

A nova proposta, no início, propõe que o professor verifique o que o aluno possui de bagagem e o que sabe dos anos iniciais, pois não é o aluno que se adapta à escola e sim a escola que se adapta ao aluno.

O quê e como ensinar, em que se discutia sobre a modalidade do texto que é “[...] todo trecho falado ou escrito que constitui um todo unificado e coerente dentro de uma determinada situação discursiva”. A partir de então, começou a desenvolver um trabalho mais significativo de produção e interpretação de texto. Segundo a secretaria da Educação (2019, online):

As atividades de linguagem constituem conteúdo de Língua Portuguesa tanto de 1º como de 2º grau. A atividade linguística não se faz sobre palavras ou frases isoladas para análises e exercícios escolares, ela se realiza nos processos reais de comunicação nos quais a linguagem se manifesta como texto ou discurso. As atividades linguísticas de produção e interpretação dos textos continuam no 2º grau para que o aluno, sujeito às situações mais complexas possa ampliar os recursos linguísticos de que se utiliza. O aluno de 2º grau faz resumos, relatórios, exposição dissertativa organiza e participa de debates. Exposições, palestras e dramatizações, convivem com a propaganda e o jornal, lê romances, contos e poemas; ouve músicas e memoriza suas letras [...].

Assim, a escola passa a valorizar mais todos os tipos de produções textuais e se desenvolve, no aluno, melhores capacidades de observação, comparação, compreensão etc. A linguagem oral ganha maior evidência e os professores começam, a partir de então a lapidar seus alunos sobre oralidade e escrita, orientando-os que não se permite a transcrição do oral para a escrita. E era aplicado a cada um deles textos para análises e correções, a fim de ampliar cada vez mais seus conhecimentos sobre os diversos textos. Os professores davam ideias de novas propostas, corrigiam alguns problemas relativos à regência, concordância, acentuação etc..

Os objetivos eram leitura, interpretação e análise de textos, produção textual, que tinham como conteúdos todos os tipos de atividade de linguagem e também atividades do estudo gramatical tradicional.

2.3 Documentos legais que permeiam o ensino da língua no Estado de São Paulo

O objetivo deste item é construir um contexto legal, em que se inserem as mudanças no ensino de Língua Portuguesa no estado de São Paulo.

Inicialmente, são apresentados documentos de âmbito federal, que impactam diretamente nas práticas de ensino e aprendizagem e no cotidiano dos estudantes. Em seguida, são apresentados documentos do Estado que se agregaram às atividades docentes.

Discute-se a nomenclatura componente curricular – Língua Portuguesa – e passa-se a inseri-lo na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, que articulam conhecimento de língua portuguesa, línguas estrangeiras, arte e linguagem corporal.

2.3.1 Documentos de vertente federal

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, a atual LDB, observam-se como objetivos, para o ensino médio, a continuidade da aprendizagem resultante do ensino fundamental; a preparação para o trabalho e para a cidadania;



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

o desenvolvimento ético, humano, crítico; além dos estudos científicos e tecnológicos, na articulação entre teoria e prática (BRASIL, 2019).

No Artigo 35 da LDB (2019, online), já se contemplam as questões referentes à Base Nacional Comum Curricular, em que:

§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio [...].

§ 6º A União estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular.

§ 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

§ 8º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades *on-line*, de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

A LDB serviu de subsídio legal para a elaboração dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* - PCNs, nos anos de 1996 e 1997, sendo que os PCNs do ensino médio são publicados em 1999.

Nos PCNs do ensino médio, há a ênfase nas questões relacionadas às tecnologias e os impactos trazidos para a sociedade face ao contexto.

Diante disso, a escola deveria reformular os currículos, de maneira a atender à formação dos jovens, especialmente para o mercado de trabalho.

Diz-se que:

Estes Parâmetros cumprem o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias. Ao distribuí-los, temos a certeza de contar com a capacidade de nossos mestres e com o seu empenho no aperfeiçoamento da prática educativa. Por isso, entendemos sua construção como um processo contínuo: não só desejamos que influenciem positivamente a prática do professor, como esperamos poder, com base nessa prática e no processo de aprendizagem dos alunos, revê-los e aperfeiçoá-los (PCN, 2000, p. 4).

Os PCNs não citam Delors e outros, mas, ao tratarem das diretrizes para o século XXI, em educação, trazem os quatro pilares da educação: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (PCN, 2000).

A referência nos faz pensar sobre a educação em sua integralidade. formação técnica, humana e social.

No documento, em se tratando de ensino de língua materna, tem-se que:

A linguagem é considerada aqui como capacidade humana de articular significados coletivos em sistemas arbitrários de representação, que são compartilhados e que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido. Podemos, assim, falar em linguagens

COUTINHO, M.L.M.; BARBOSA, N. A.S.; OLIVEIRA, S. F.P.

que se inter-relacionam nas práticas sociais e na história, fazendo com que a circulação de sentidos produza formas sensoriais e cognitivas diferenciadas. Isso envolve a apropriação demonstrada pelo uso e pela compreensão de sistemas simbólicos sustentados sobre diferentes suportes e de seus instrumentos como instrumentos de organização cognitiva da realidade e de sua comunicação. Envolve ainda o reconhecimento de que as linguagens verbais, icônicas, corporais, sonoras e formais, dentre outras, se estruturam de forma semelhante sobre um conjunto de elementos (léxico) e de relações (regras) que são significativas: a prioridade para a Língua Portuguesa, como língua materna geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria interioridade [...] (PCN, 2000, p. 19-20).

Observa-se que o ensino passa a considerar as linguagens, em suas múltiplas modalidades e suportes, que atendem às necessidades de comunicação, com ênfase à produção de sentidos. Nota-se um acentuado destaque para as questões trazidas pela Linguística, principalmente a Sociolinguística e a Linguística Textual.

Isso representa mudanças no ensino de Língua Portuguesa, pois se defende um ensino contextualizado, com apelo à diversidade de textos e de suportes, diferentemente, daquilo que historicamente acontecia, com os apelos exclusivos ao ensino de gramática normativa.

Em 2017, foi publicada a *Base Nacional Comum Curricular – ensino fundamental* e, em 2019, houve a publicação da *Base Nacional Curricular do ensino médio*. Neste caso, como é documento objeto de estudo da presente investigação será tratada em item específico, mas adiante.

2.3.2 Documentos de vertente estadual – São Paulo

Em se tratando do estado de São Paulo, destacam-se dois documentos que impactaram, significativamente, o ensino de Língua Portuguesa: a *Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2008)* e o *Currículo do Estado de São Paulo (2012)*.

Em 2007, a Secretaria Estadual de Educação iniciou um processo de implantação de uma nova Proposta Curricular nas escolas da rede pública do estado de São Paulo, resultante de proposta anterior de 1990. A nova proposta foi inserida em um movimento amplo da reforma, vivido pela economia e política do país e pelo próprio estado de São Paulo, desde a década de 1990, conforme apontado anteriormente. A reforma tinha como objetivo garantir, aos alunos, uma base comum de conhecimentos e competências, e como meta contribuir com a melhoria da qualidade da aprendizagem do estado.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo está realizando um projeto que visa propor um currículo para os níveis de ensino Fundamental – Ciclo II e Médio. Com isso, pretende apoiar o trabalho realizado nas escolas estaduais e contribuir para a melhoria da qualidade das aprendizagens de seus alunos. Esse processo partirá dos conhecimentos e das experiências práticas já acumulados, ou seja, da sistematização, revisão e recuperação de documentos, publicações e diagnósticos já existentes e do levantamento e análise dos resultados de projetos ou



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

iniciativas realizados (PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008, p. 8).

Na proposta, o Estado propunha a organização do sistema de ensino, através de uma ação integrada, executada de uma forma centralizada, ou seja, as escolas trabalhariam de uma forma padronizada, para que todos os alunos adquirissem um mesmo “conteúdo”, pensando que todos os estudantes terão acesso a um conteúdo mínimo comum em toda rede de ensino.

O novo modelo educacional se pautava em avaliar a competência das escolas, e no novo método de gestão pública, as escolas eram responsabilizadas e cobradas pelos seus resultados. O Estado passou a avaliar as competências das escolas, e essas avaliações aconteciam através de índices, obtidos em modelos padronizados de avaliações externas. Com isso o estado deixava de ser o executor da educação, para ser o avaliador da mesma, o que foi uma estratégia, para que as metas educacionais comesçassem a serem alcançadas, resultando em uma melhoria da eficiência e qualidade da educação.

A avaliação quantitativa constitui um dos instrumentos para adaptar o sistema educacional brasileiro à nova ordem global instituída nos anos 1990. [...] Integravam-se ao movimento conhecido como Reforma do Estado [...]. Entre as ações prioritárias destacavam-se (i) a descentralização administrativa, pela qual foram transferidas funções da burocracia central para estados e municípios e para as denominadas organizações sociais, que se configuram como entidades "de direito privado públicas, não-estatais"; e (ii) a avaliação classificatória de desempenho serve ao Estado descentralizado, como forma de permitir a sua regulação. Portanto, descentralizar e avaliar tornaram-se eixos estruturantes na educação (SILVA, 2009, p. 220).

O objetivo inicial das avaliações era verificar a aprendizagem dos alunos e acompanhar o desenvolvimento das habilidades e das escolas, e com o passar do tempo, essas avaliações além de verificar tudo o que já foi citado, passaram também a verificar os conteúdos e o sistema educacional vigente.

Fica esclarecido que não se ensinam exclusivamente conteúdos, mas também competências e habilidades. A mudança tem reflexo nas práticas docentes e nas formas de aprendizagem. Assim, são necessárias novas práticas em metodologias e sistemas de avaliação.

Como avaliação externa, destaca-se a Prova Brasil, de cunho federal, a qual foi adotada pelo estado de São Paulo, que subsidiou a concepção da Prova do ENEM, iniciado em 1998.

Em 2012, é divulgado o *Currículo do Estado de São Paulo*, não diferente das outras propostas o Currículo buscou trazer para professores e estudantes uma nova perspectiva pedagógica que atendesse as necessidades e situações da época, a fim de tornar os conteúdos e competências uma rede unificada em todo o estado.

Nesse período, a permanência dos estudantes nas escolas já era obrigatória, e passou a ser dever do estado e da comunidade garantir esse acesso, com isso, o ingresso dos estudantes nas escolas passou a ser cada vez maior, o

que ocasionou no aumento de pessoas chegando ao ensino superior. A partir daí, a preocupação do estado passou a ser proporcionar um ensino de real qualidade, tentando eliminar, assim, mais um dos fatores de exclusão da sociedade contemporânea.

A proposta enfatizava o envolvimento do estudante no mundo cultural, e passou a associar seus conteúdos. A partir desse conceito, as competências passaram a serem enfatizadas nas propostas, com o objetivo de criar cidadãos que tivessem um melhor convívio em sociedade, durante toda a vida e não apenas no período escolar, apresentavam também diferentes situações de como e o que o estudante deveria desenvolver referente a diversos conteúdos e competências.

Um currículo que promove competências tem o compromisso de articular as disciplinas e as atividades escolares com aquilo que se espera que os alunos aprendam ao longo dos anos. Logo, a atuação do professor, os conteúdos, as metodologias disciplinares e a aprendizagem requerida dos alunos são aspectos indissociáveis, que compõem um sistema ou rede cujas partes têm características e funções específicas que se complementam para formar um todo, sempre maior do que elas. Maior porque o currículo se compromete em formar crianças e jovens para que se tornem adultos preparados para exercer suas responsabilidades (trabalho, família, autonomia etc.) e para atuar em uma sociedade que depende deles. (*Currículo do Estado de São Paulo*, 2011, p. 16).

Assim, observa-se uma proposta que busca integrar escola e sociedade, de forma a inserir o estudante efetivamente no mercado de trabalho e na vida adulta.

3 Conteúdos e competências

Atualmente, a meta principal da escola é articular ensino de conteúdos e desenvolvimento de competências pessoais e profissionais.

No Brasil, até o final do século XX, a escola baseava-se em desenvolver as diversas disciplinas científicas, diferentes materiais, e se dizia que era a garantia de uma boa educação. Os currículos definiam as matérias, a grade horária definia o momento a ser estudado, para que no final do ciclo da educação básica, os alunos pudessem ser aprovados nos diferentes vestibulares e, a partir daí, aprender novas disciplinas na universidade.

Nos dias atuais, a escola deve estar vinculada não apenas aos conteúdos curriculares, mas usá-los, para mostrar, aos estudantes, para que se servem, e devem estar ao dispor de desenvolvimento das competências pessoais, reestruturando, assim, o sujeito, seu espaço e tempo. Conteúdos e competências se complementam, o desenvolvimento da competência pessoal não é um abandono do conteúdo:

No entanto, urge uma reorganização do trabalho escolar que reconfigure seus espaços e seus tempos, que revitalize os significados dos currículos como mapas do conhecimento que se busca, da formação pessoal como a constituição de um amplo espectro de competências e, sobretudo, do papel dos professores em um cenário onde as ideias de conhecimento e de valor encontram-se definitivamente imbricadas (MACHADO, 2002, p. 139).



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

Quando questionamos qual é a real significação da palavra *competência*, podemos inseri-la em diferentes enunciados, com distintas significações semânticas. Entretanto, a característica fundamental da ideia de *competência* é a personalidade como, por exemplo, os componentes curriculares da escola como língua portuguesa, matemática, história etc... São aplicados, para tornar os alunos pessoas mais competentes.

Ensinam-se *competências*, então, na escola, porque através delas desenvolve-se a pessoa, o cidadão, o individual e também o coletivo. Para se exemplificar deve se pensar em uma competência que todo cidadão precisa para conviver em sociedade, como a expressão e a argumentação. Elas são desenvolvidas durante as aulas em diferentes disciplinas, como nas aulas em que se ensina a língua materna, que se aprende sobre comunicação e suas regras, como as aulas de matemática em que se ensina sobre raciocínio lógico. Outros componentes curriculares conseguem desenvolver essas competências, dependendo da forma pela qual são ensinadas, trazendo, assim, os conteúdos específicos e já desenvolvendo competências pessoais.

Para Perrenoud (1999, p. 20), “competência é o conjunto de recursos que mobilizamos para agir”. Nesse sentido, é preciso que o indivíduo tenha conhecimento e saiba quando mobilizá-lo. Para o autor, o indivíduo é formado por aptidões, saberes, faculdades, modelos, valores, noções etc... Observa-se que as competências não se restringem apenas a conhecimentos intelectuais, mas cognitivos e motores também.

A manifestação da competência, que se dá na realização da mesma, é chamada de *habilidades*, elas são associadas aos esquemas de ação, desde ações mais simples até as mais complexas. Ambas andam lado a lado, quando se desenvolve bem desenvolvida uma e não a outra, no âmbito educacional, o estudante pode ter alguns problemas como podemos notar:

Se, por exemplo, um aluno leu tudo o que deveria ter lido sobre determinado tema, compreendeu o que leu, mas, inquirido a respeito, não encontra formas adequadas de expressão, falta-lhe competência no sentido de que não é capaz de mobilizar o que se sabe, de fazer emergir para instrumentar sua ação a rede de relações que tacitamente incorporou com a leitura (MACHADO, 2002, p. 139).

De modo geral, é possível afirmar que a escola se divide em diferentes níveis, com principal foco nas disciplinas, o ensino infantil, fundamental, médio, superior etc.. Depois que o tempo passa, e as memórias sobre diferentes conteúdos vão se apagando, o que fica são as competências que foram desenvolvidas por elas. Em diferentes sentidos, não se desenvolve competências sem as disciplinas. Pode-se considerar que as *competências* estão correlacionadas a um saber e as *habilidades* a um saber fazer.

3.1 Sobre a *Base Nacional Comum Curricular* – BNCC – em língua Portuguesa

Em 2015, é divulgada a primeira versão da BNCC, que não diferente das outras propostas, trouxe para professores e estudantes uma nova perspectiva

pedagógica que atendessem às necessidades e situações da época, como discutido mostramos anteriormente.

Os primeiros estudos sobre a BNCC foram realizados no *1ª Seminário Interinstitucional para Elaboração da BNCC*. Este Seminário foi um marco importante no processo de elaboração da BNCC, pois reuniu todos os assessores e especialistas envolvidos na elaboração da Base. A Portaria n. 592, de 17 de junho de 2015, Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular.

No parágrafo §1º, Artigo 87 da Constituição (2019, online), já se contemplam as questões referentes à Base Nacional Comum Curricular, em que:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Especialistas para a Elaboração da Proposta da Base Nacional Comum Curricular.

.....
§ 3º A composição da Comissão de Especialistas será determinada pelas Áreas de Conhecimento e respectivos componentes curriculares de acordo com as etapas da Educação Básica, estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Art. 2º É atribuição da Comissão produzir documento preliminar da Proposta da Base Nacional Comum Curricular bem como produzir relatório consolidando os resultados da discussão pública para entrega ao Conselho Nacional de Educação - CNE até final de fevereiro de 2016.

E, em 16 de setembro de 2015, a 1ª versão da BNCC foi disponibilizada, com o objetivo de sinalizar percursos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, ao longo da educação básica anos iniciais e finais e ensino médio, capazes de garantir, ao estudante, parte de seu direito à educação, abrangendo também que a escola não é a única intuição responsável para garantir esses direitos, mas que deve exercer esse papel importante junto com familiares e com a sociedade, para que estes direitos sejam assegurados aos estudantes: “Esse direitos fundamentais, que a escola deve contribuir para promover, serão de fato garantidos quando os sujeitos da educação básica – estudantes, seus professores e demais participantes da vida escolar [...]”.

E neste contexto, em 2016, a 2ª versão da BNCC foi disponibilizada. Nela não apareciam grandes modificações ou variações da primeira versão, mas foram apresentados os fundamentos do ensino da Língua Portuguesa na escola básica que, ao longo do tempo, tinham sido comprometidos com o desenvolvimento de capacidades de uso da língua. Também assumiu a centralidade do texto nas práticas de linguagem, possibilitando grandes avanços em relação ao conhecimento de como desenvolver capacidades de leitura, escrita e oralidade nas escolas já que este era um dos maiores desafios do ensino de língua.

Através da BNCC (2017, online), e com base nas aprendizagens essenciais para garantir uma formação integral, foram estabelecidas 10 competências gerais que nortearão o trabalho das escolas e dos professores em todos os anos e componentes curriculares.

1. Valorização do conhecimento no desenvolvimento da sociedade.
2. Exercício da curiosidade e do pensamento científico.
3. Amadurecimento do senso estético.
4. Uso da linguagem na comunicação.



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

5. Uso dos recursos digitais de forma crítica.
6. Celebrar a diversidade.
7. Usar fatos e dados para defender ideias e pontos de vista.
8. Cuidado com a própria saúde física, mental e emocional.
9. Desenvolvimento da empatia.
10. Desenvolvimento de autonomia e responsabilidade [...]

As 10 competências envolvem mais que conhecimento intelectual, mas também, cognitivo, motor e devem ser constituídas, integralmente, para ser usadas na solução de problemas cotidianos. A escola deverá construí-las, a partir de conteúdos propostos, demandados pela sociedade, em determinado tempo e espaço.

Especialmente, no item 4. *Uso da linguagem na comunicação*, a proposta de linguagens e língua portuguesa do ensino estabelecem que os anos finais são uma etapa conclusiva da educação básica de todos os estudantes da rede e que, por isso, deve formar uma sólida formação geral, independentemente se o estudante for para as universidades ou para cursos profissionalizantes, levando sempre em conta a progressão dos conhecimentos, abordando assim elementos discursivos, textuais e gramaticais dos movimentos artísticos e literários em suas totalidades.

E, para isso, o estudante precisa interagir com debates, explorar experiências de linguagens significativas e autênticas, refletir sobre a diversidade de linguagens, produzir conhecimentos dentre outros aspectos.

Ao componente curricular Língua Portuguesa cabe proporcionar aos/às estudantes experiências que contribuam para o desenvolvimento do letramento (ou dos letramentos), entendido como a condição de participar de uma diversidade de práticas sociais permeadas pela escrita. Para tanto, a escola precisa possibilitar o contato com larga variedade de textos, em práticas diversas de uso da língua. Nas modernas sociedades tecnológicas, essa diversidade de textos e práticas se amplia, colocando novos desafios ao/à professor/a. Nesse sentido, os textos que articulam o verbal, o visual, o gestual, o sonoro, o tátil, que constituem o que se denomina multimodalidade de linguagens, devem também ser considerados nas práticas de letramento.

No trecho, são tratadas as diversas linguagens e a relevância do letramento, ou seja, das diversas práticas que envolvem a escrita. Alguns autores como Rojo (2012, p. 15) já tratam de multiletramento, quando as práticas de escrita envolvem as tecnologias.

[...] trabalhar com multiletramentos pode ou não envolver (normalmente envolverá) o uso de novas tecnologias da comunicação e de informação ('novos letramentos'), mas caracteriza-se como um trabalho que parte das culturas de referência do alunado (popular, local, de massa) e de gêneros, mídias e linguagens por eles conhecidos, para buscar um enfoque crítico, pluralista, ético e democrático - que envolva agência - de textos/discursos que ampliem o repertório cultural, na direção de outros letramentos.

E, em 6 de março de 2017, professores do Brasil inteiro se mobilizaram, para discutir a *Base Nacional Comum Curricular*, com foco na parte das etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com o objetivo de compreender os impactos na educação básica brasileira, e apenas, em 14 de dezembro de 2018, foi homologado o documento da *Base Nacional Comum Curricular* para as etapas do Ensino Médio. Documento este que está em vigor presente no cotidiano escola.

3.2 Conteúdos e competências para o ensino de língua portuguesa: a BNCC

Neste item, são apresentados pressupostos da BNCC, especialmente do Ensino Médio, da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

No Ensino Médio, a área tem a responsabilidade de propiciar oportunidades para a consolidação e a ampliação das habilidades de uso e de reflexão sobre as linguagens – artísticas, corporais e verbais (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita) –, que são objeto de seus diferentes componentes (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa) (BNCC, 2019, p. 482).

Na presente investigação, restringimo-nos a tratar daquilo que diz respeito à Língua Portuguesa.

Para orientar uma abordagem integrada dessas linguagens e de suas práticas, a área propõe que os estudantes possam vivenciar experiências significativas com práticas de linguagem em diferentes mídias (impressa, digital, analógica), situadas em campos de atuação social diversos, vinculados com o enriquecimento cultural próprio, as práticas cidadãs, o trabalho e a continuação dos estudos (BNCC, 2019, p. 485).

O ensino da língua portuguesa deve ultrapassar a linguagem verbal, articulando-a com todas as outras e, ainda, contextualizando-a à vida real.

As questões de suportes impressos e digitais são enfatizadas na BNCC, trazendo à tona, inclusive, a necessidade do desenvolvimento de competências correlacionadas ao multiletramento:

[...] para além da cultura do impresso (ou da palavra escrita), que deve continuar tendo centralidade na educação escolar, é preciso considerar a cultura digital, os multiletramentos e os novos letramentos, entre outras denominações que procuram designar novas práticas sociais de linguagem. No entanto, a necessária assunção dos multiletramentos não deve apagar o compromisso das escolas com os letramentos locais e com os valorizados. É preciso garantir que as juventudes se reconheçam em suas pertencas culturais, com a valorização das práticas locais, e que seja garantido o direito de acesso às práticas dos letramentos valorizados (BNCC, 2019, p. 487).

Na BNCC, é enfatizada a necessidade de garantir o uso da linguagem que dialogue com práticas sociais:

Ao chegar ao Ensino Médio, os estudantes já têm condições de participar de forma significativa de diversas práticas sociais que envolvem a linguagem, pois, além de dominarem certos gêneros textuais/ discursivos



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

que circulam nos diferentes campos de atuação social considerados no Ensino Fundamental, eles desenvolveram várias habilidades relativas aos usos das linguagens. Cabe ao Ensino Médio aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de fruição, de construção e produção de conhecimentos, de compreensão crítica e intervenção na realidade e de participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos (BNCC, 2019, p. 498).

Novamente, observa-se que a aprendizagem da escrita deve estar articulada com o desenvolvimento de competências e habilidades e que deve atender às necessidades da vida real, em seu cotidiano. A linguagem deve ser empregada para entender o sentido do mundo.

A BNCC apregoa o emprego da linguagem em campos de atuação social e campos de atuação pessoal, expandido o ensino em práticas de Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica.

A escola tem como foco o desenvolvimento de seu trabalho em competências e habilidades, para preparar o estudante para lidar com situações de seu cotidiano e ser capaz de resolver problemas reais. Até o final do século XX, a escola estava estruturada para disseminar conteúdos e informações, porém, atualmente, isso não é o maior foco, pois com o desenvolvimento da tecnologia e grande abertura para acesso de informações, já se torna mediadora, pelo menos, é o que se espera, de todo o conhecimento.

Essa postura demonstra ainda um alinhamento com as novas tendências educacionais, que enfatizam a importância de colocar o aluno como protagonista, sendo assim um real estudante ativo em seu processo de ensino e aprendizagem.

Além desses pontos, não podemos deixar de mencionar o fato de que as provas do ENEM são orientadas através de competências e habilidades, então as escolas que trabalham com a proposta de ensinar os alunos a entender e solucionar os problemas à sua volta, além de formar estudantes mais competentes, a fim de lidar com os desafios que a vida propõe, estarão também se preparando, para ter um bom desempenho e melhores resultados no exame avaliativo do ensino médio ENEM.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determina as aprendizagens essenciais, para a formação do aluno, por meio de competências e habilidades. Nesse sentido, na presente investigação, é subsídio para avaliar as tendências da prova do ENEM, de agora em diante.

4 Exame Nacional do Ensino Médio

Neste capítulo, apresentamos a trajetória do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com breves contextualizações sobre suas aplicações nos 20 anos em que a prova vem sendo aplicada no país. Em seguida, é analisada a prova

de Língua Portuguesa de 2018, para verificar a identidade dela e as tendências, tendo em vista a implantação da BNCC do ensino médio.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é uma prova realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação do Brasil. A prova foi criada em 1998, e era usada inicialmente para avaliar a qualidade da educação do país.

De acordo com o INEP (2019), na segunda edição, em 1999, o exame foi utilizado já como porta de acesso ao ensino superior. O Enem mostrou sua credibilidade e em um ano o número de universidades que utilizaram os resultados do Enem triplicou.

Em sua terceira edição, o Enem teve 390.180 inscritos, o que mostrou que a prova tinha vindo para ficar e abrir portas para que cada vez mais estudantes conseguissem ingressar nas instituições de ensino superior, e a partir daí, o exame cresceu cada vez mais. Até este período, era cobrada uma taxa de inscrição de R\$20,00, para que os estudantes pudessem fazer a prova, o que, na edição de 2001, foi modificado e estudantes que estavam concluindo o ensino médio passaram a ter direito à inscrição gratuita.

De acordo com o INEP (2019, online), a prova em sua sétima edição começou a traçar novos objetivos:

O recém-criado Programa Universidade para Todos (ProUni) começou a usar a nota do Enem para concessão de bolsas de estudos integrais e parciais aos participantes. A inclusão do campo de Cadastro de Pessoa Física (CPF) na ficha de inscrição abriu a possibilidade de acompanhamento da trajetória dessa população, ao longo dos anos, mediante estudos realizados pelo Inep. Neste ano, dos 1.552.316 inscritos, 63% eram concluintes do ensino médio e 68% tiveram direito à isenção [...].

Por causa do ProUni, aumentou consideravelmente o número de participantes do Enem, com o objetivo de ingressar em faculdades.

Em 2008, o exame completou uma década de criação e o Inep e o Ministério da Educação (MEC) anunciaram que o Enem se tornaria o processo nacional de seleção para ingresso na educação superior e certificação do ensino médio.

Com a criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Enem muda de formato. O exame passa a ter 180 questões objetivas, 45 para cada área do conhecimento, e a redação. A aplicação passa a ser em dois dias e o exame começa a certificar a conclusão do ensino médio. Além disso, as matrizes de referência são reformuladas com base nas Matrizes de Referência do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) (INEP 2019).

Em 2013, a prova passou a ser adotada por todas as instituições federais do país. A nota do exame passou a ser utilizada na liberação de bolsas de estudos, como critério de ingresso a essas universidades. Em 2014, as universidades de Coimbra e Algarve, em Portugal, passaram a aceitar a prova, marcando assim o início das parcerias com instituições de ensino superior de Portugal, autorizadas a usar as notas do Enem em seus processos seletivos.



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

E, em 2018, o exame comemorou 20 anos de história e, de acordo com o INEP (2019, online), marcou algumas mudanças.

O Enem ganhou um logotipo comemorativo pelos seus 20 anos de existência, além de um documentário histórico e uma série de cinco minidocumentários sobre os bastidores do exame. A solicitação de isenção da taxa de inscrição passou a ser uma fase anterior à inscrição, e os isentos ausentes no ano anterior tiveram de justificar o motivo da falta para garantir a gratuidade novamente. A mudança trouxe bons resultados: o Enem 2018 teve o menor índice de faltosos desde 2009, quando assumiu o formato em dois dias. O segundo domingo de aplicação ganhou 30 minutos a mais de duração e o quantitativo de detectores de ponto eletrônico aumentou cinco vezes.

Pela discussão breve, observa-se que o Enem é uma avaliação externa do governo federal que já possui um histórico e que irá perdurar durante muitos anos, sendo aperfeiçoada a cada edição, por isso, justifica-se um estudo sobre sua identidade.

4.1 Competências e habilidades em língua portuguesa

A cada ano, o INEP (2019) divulga uma Matriz de Referência, que é um instrumento que orienta as escolas sobre a prova que será aplicada ao final de cada ano.

Em 2018, das nove competências divulgadas para a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, quatro (competências 5, 6, 7 e 8) relacionam-se à língua portuguesa:

Competência de área 5 - Analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção. H15 - Estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político. H16 - Relacionar informações sobre concepções artísticas e procedimentos de construção do texto literário. H17 - Reconhecer a presença de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional (BRASIL, 2019, online).

O aluno deve identificar a conexão entre as obras literárias e os períodos históricos em que foram escritas, para compreender de fato a complexidade dos textos e conseguir refletir e exemplificar com propriedades das obras. Nesse item, a habilidade esperada é que o estudante deve saber quais as características de cada período literário e dos movimentos artísticos contemporâneos, que englobam a música, a pintura e a literatura.

Competência de área 6 - Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação. H18 - Identificar os elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos. H19 - Analisar a função da linguagem predominante nos textos em

COUTINHO, M.L.M.; BARBOSA, N. A.S.; OLIVEIRA, S. F.P.

situações específicas de interlocução. H20 - Reconhecer a importância do patrimônio linguístico para a preservação da memória e da identidade nacional (BRASIL, 2019, online).

A competência se refere à organização e estruturação dos gêneros, que aparecem questões mais conceituais. O estudante deve saber que tem tipos textuais básicos, que dão origem aos gêneros, e é necessário analisar qual o interlocutor, a situação discursiva e se a linguagem escolhida é apropriada para o ambiente em questão.

Competência de área 7 - Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas. H21 - Reconhecer em textos de diferentes gêneros, recursos verbais e não-verbais utilizados com a finalidade de criar e mudar comportamentos e hábitos. H22 - Relacionar, em diferentes textos, opiniões, temas, assuntos e recursos linguísticos. H23 - Inferir em um texto quais são os objetivos de seu produtor e quem é seu público alvo, pela análise dos procedimentos argumentativos utilizados. H24 - Reconhecer no texto estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público, tais como a intimidação, sedução, comoção, chantagem, entre outras (BRASIL, 2019, online).

O estudante precisa saber lidar com os recursos argumentativos presentes em textos verbais e não verbais, que o objetivo é convencer ou persuadir o leitor e precisa utilizar as ferramentas disponíveis pelos recursos argumentativos para perceber qual o tema e a posição do autor dentro do texto em questão.

Competência de área 8 - Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade. H25 - Identificar, em textos de diferentes gêneros, as marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro. H26 - Relacionar as variedades linguísticas a situações específicas de uso social. H27 - Reconhecer os usos da norma padrão da língua portuguesa nas diferentes situações de comunicação (BRASIL, 2019, online).

Nesse item, os estudantes devem mostrar os conhecimentos sobre as variedades linguísticas e as diferenças das variedades em relação à norma padrão. O estudante precisa saber que elas são subdivididas em sociocultural, regional-geográfica e histórica, porque a língua é heterogênea. Para isso, o estudante precisa saber que “a norma padrão” é mais uma das variedades possíveis e precisa saber quando e como aplicar cada variante linguística, dentro de um determinado contexto.

Dessa forma, utilizando-se dessas competências, o estudante conseguirá um aproveitamento e um maior entendimento das questões presente no ENEM.

4.2 Provas do ENEM 2018: uma análise dos conteúdos e das competências de língua portuguesa

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é uma prova realizada pelo *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* (INEP), autarquia vinculada ao *Ministério da Educação do Brasil*, e foi criada em 1998. É utilizada para avaliar a qualidade do ensino médio no país, e seu resultado é

[Digite texto]



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

utilizado, para que estudantes de todo o Brasil ingressem no ensino superior de diversas faculdades públicas e particulares.

O Enem é uma avaliação que conta com 180 questões e uma redação, a prova é dividida em 5 partes (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Redação), em seu total, e é realizada em dois dias, em dois domingos consecutivos.

No primeiro dia, cada candidato realiza a prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Redação e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

No segundo dia, realiza a parte de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e de Matemática e suas Tecnologias.

O tempo para realização do exame é de 5 horas e 30 minutos no primeiro dia, e de 5 horas no segundo dia.

A parte da prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias não aborda somente o conteúdo de Língua Portuguesa, Literatura e Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol). Também inclui estudos sobre artes, educação física e tecnologias da Informação e Comunicação, um conteúdo extenso e diversificado que o estudante precisa compreender para realizar essa parte da prova.

Nas questões relacionadas especificamente com a língua portuguesa e literatura, são cobrados dos estudantes conhecimentos como usos da língua, norma culta e variação linguística.

Questões com interpretação de textos, estrutura textual, análise de discurso, gêneros textuais estão presentes nas 45 questões relacionadas às áreas da língua. Na prova aplicada, no ano de 2018, as questões de linguagens códigos e suas tecnologias eram de 1 a 45 e cobravam as referidas competências.

Especificamente as questões 06, 07, 08, 09, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44. As questões de Língua Portuguesa podem ser acessadas em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2018/1DIA_01_AZUL_BAIXA.pdf

As questões são analisadas, a seguir, tendo em vista a predominância de conteúdo, competência(s) e habilidade(s), levando em conta a Matriz de Referência da Prova do ENEM 2018.

Quadro 1 – Análise questões Língua Portuguesa – Prova ENEM 2018 (Matriz de Referência)

Questão	Conteúdo	Competência(s) (Matriz de Referência)	Habilidade(s) (Matriz de Referência)
6	Interpretação de texto argumentativo	7	21, 22, 23 e 24
7	Variedades linguísticas, modalidades oral e escrita da língua	8	25, 26 e 27
8	Literatura brasileira – movimento modernista – uso de linguagem	5	15 e 17
9	Interpretação de texto Informativo	7	23,25,26 e 27
10	Literatura Afro-brasileira histórica de preconceito e violência	5	15,16,17,19,22 e 25
12	Interpretação de texto informativo referencial	5	19,21 22 e 23
14	Interpretação de texto informativo	5 e 7	15,17,21,23 e 24
15	Literatura (im)popular brasileira	5	15,16,17,19,21 e 24
16	Literatura	5	15,16,17,18 e 25
17	Interpretação de texto narrativo	6	15,17 19 e 25
18	Interpretação de texto dissertativo	6	19,21,23 e 24
19	Interpretação de texto dissertativo	8	15,18,21,22 e 23
20	Literatura popular	5	15,17,18 e 22
21	Interpretação de texto descritivo	8	17,20,25 e 27
22	Variedades linguísticas, modalidades oral	8	25,26 e 27



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

	e escrita da língua		
23	Movimento literário romancista	5	15,16,17,23 e 25
24	Interpretação de texto referencial	6	18,19,24 e 27
27	Interpretação de texto informativo	7	18,21,22,25 e 26
28	Variedades linguísticas, modalidades oral e escrita da língua	8	18,21,22,23 e 24
30	Literatura de transgressão	5	15,17 e 21
33	Interpretação do gênero narrativo	5	15,16,17,18 e 22
35	Literatura de senso comum	5	15,17,18 e 22
36	Literatura narrativa	5	15,17 e 21
37	Interpretação de texto descritivo	6	18,19,20,25 e 26
38	Literatura romancista	5	15,16,17 e 18
39	Variedades linguísticas, modalidades oral e escrita da língua	8	25,26 e 27
40	Interpretação de texto narrativo	6	18,19,20 e 23
41	Variedades linguísticas, modalidades oral e escrita da língua	8	19,24,25,26 e 27
42	Literatura de protesto	5	15,16,17,20,23 e 24
44	Interpretação de texto informativo	7	21,22,23 e 24

A partir da análise realizada, verificamos que a competência mais recorrente das 27 questões referentes às áreas de português e literatura é a de Competência de área 5 - Analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.

Já as habilidades que são mais frequentes são as H15 - Estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político. H17 - Reconhecer a presença de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional. H25 - Identificar, em textos de diferentes gêneros, as marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro (BRASIL, 2019, online).

Nota-se nas habilidades 15 e 17 a semelhança de trabalhar com textos literários já a 25 apresenta análises de âmbito linguístico.

Figura 1 - Questão do Enem (2018)

QUESTÃO 06

"A Declaração Universal dos Direitos Humanos está completando 70 anos em tempos de desafios crescentes, quando o ódio, a discriminação e a violência permanecem vivos", disse a diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Audrey Azoulay.

"Ao final da Segunda Guerra Mundial, a humanidade inteira resolveu promover a dignidade humana em todos os lugares e para sempre. Nesse espírito, as Nações Unidas adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos como um padrão comum de conquistas para todos os povos e todas as nações", disse Audrey.

"Centenas de milhões de mulheres e homens são destituídos e privados de condições básicas de subsistência e de oportunidades. Movimentos populacionais forçados geram violações aos direitos em uma escala sem precedentes. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável promete não deixar ninguém para trás – e os direitos humanos devem ser o alicerce para todo o progresso."

Segundo ela, esse processo precisa começar o quanto antes nas carteiras das escolas. Diante disso, a Unesco lidera a educação em direitos humanos para assegurar que todas as meninas e meninos saibam seus direitos e os direitos dos outros.

Disponível em: <https://nacoesunidas.org>. Acesso em: 3 abr. 2018 (adaptado).

Defendendo a ideia de que "os direitos humanos devem ser o alicerce para todo o progresso", a diretora-geral da Unesco aponta, como estratégia para atingir esse fim, a

- A inclusão de todos na Agenda 2030.
- B extinção da intolerância entre os indivíduos.
- C discussão desse tema desde a educação básica.
- D conquista de direitos para todos os povos e nações.
- E promoção da dignidade humana em todos os lugares.

Fonte: ENEM, Prova Azul, 2018 (online), p. 5.

Na questão acima como apresentado no último parágrafo do texto, a autora ressalta que "esse processo precisa começar o quanto antes nas cadeiras das escolas". Assim, pode-se perceber que a discussão dos direitos humanos deve ser feita desde a educação básica, assim o estudante precisaria apresentar a competência de área 7 - Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas, e as habilidades H21 - Reconhecer em textos de diferentes gêneros, recursos verbais e não-verbais utilizados com a finalidade de criar e mudar comportamentos e hábitos. H22 - Relacionar, em diferentes textos, opiniões, temas, assuntos e recursos linguísticos. H23 - Inferir em um texto quais são os objetivos de seu produtor e quem é seu público alvo, pela análise dos procedimentos argumentativos utilizados. H24 - Reconhecer no texto estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público, tais como a intimidação, sedução, comoção, chantagem, entre outras.

Que estudante precisa saber lidar para identificar os recursos argumentativos presentes no texto.



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

Figura 2 - Questão do Enem (2018)

Farejador de Plágio: uma ferramenta contra a cópia ilegal

No mundo acadêmico ou nos veículos de comunicação, as cópias ilegais podem surgir de diversas maneiras, sendo integrais, parciais ou paráfrases. Para ajudar a combater esse crime, o professor Maximiliano Zambonato Pezzin, engenheiro de computação, desenvolveu junto com os seus alunos o programa Farejador de Plágio.

O programa é capaz de detectar: trechos contínuos e fragmentados, frases soltas, partes de textos reorganizadas, frases reescritas, mudanças na ordem dos períodos e erros fonéticos e sintáticos.

Mas como o programa realmente funciona? Considerando o texto como uma sequência de palavras, a ferramenta analisa e busca trecho por trecho nos sites de busca, assim como um professor desconfiado de um aluno faria. A diferença é que o programa permite que se pesquise em vários buscadores, gerando assim muito mais resultados.

Disponível em: <http://reporterunesp.jor.br>. Acesso em: 19 mar. 2018.

Segundo o texto, a ferramenta Farejador de Plágio alcança seu objetivo por meio da

- (A) seleção de cópias integrais.
- (B) busca em sites especializados.
- (C) simulação da atividade docente.
- (D) comparação de padrões estruturais.
- (E) identificação de sequência de fonemas.

Fonte: ENEM, Prova Azul, 2018 (online), p. 5.

Nesta questão verificamos a necessidade do estudante apresentar a mesma competência e as habilidades presentes na questão anterior, o que reforça que a prova do Enem segue um padrão em suas questões, cobrando sempre do candidato competências e habilidades semelhantes sem muita diversificação.

Para compor o Quadro 2, estabelecemos as seguintes competências, com subsídios na Base Nacional Comum Curricular, resumidas das discussões anteriores:

- 1- Envolver-se em práticas de letramento e multiletramento.
- 2- Reconhecer a diversidade de gêneros textuais e discursivos
- 3- Realizar leitura crítica e analítica.
- 4- Posicionar-se diante de leituras que exigem postura ética ou estética.
- 5- Intervir e participar da sociedade, por meio do uso das linguagens em múltiplos suportes.

Das competências, estabelecemos as seguintes Habilidades:

H1 – Saber usar as linguagens em meio on e off-line.

H2 – Empregar as tecnologias para construir textos e interpretar discursos.

H3 – Ler e interpretar textos de diversos gêneros, modalidades, sabendo fazer uso correto, dependendo da modalidade.

H4 – Fazer uso dos diversos tipos de linguagens e intervir na realidade, constituindo-se como agente da sociedade.

H5 – Demonstrar postura ética e respeitosa.

Quadro 2 – Análise questões Língua Portuguesa – Prova ENEM 2018 (BNCC)

Questão	Conteúdo	Competência(s) (BNCC)	Habilidade(s) (BNCC)
6	Interpretação de texto argumentativo	3, 4 e 5	3, 4 e 5
7	Variedades linguísticas, modalidades oral e escrita da língua	2 e 3	3 e 4
8	Literatura brasileira – movimento modernista – uso de linguagem	2, 3 e 4	3 e 4
9	Interpretação de texto Informativo	2,3 e 5	3 e 4
10	Literatura Afro-brasileira histórica de preconceito e violência	2,3 e 5	3 e 4
12	Interpretação de texto informativo referencial	2,3 e 5	3 e 4
14	Interpretação de texto informativo	2,3,4 e 5	3 e 4
15	Literatura (im)popular brasileira	2,3 e 5	3 e 4
16	Literatura	2,3,4 e 5	3 e 4
17	Interpretação de texto narrativo	2 e 3	2,3 e 4
18	Interpretação de texto dissertativo	2,3 e 5	3 e 4
19	Interpretação de texto dissertativo	1,2,3 e 5	1,2,3 e 4
20	Literatura popular	1,2 e 5	3 e 4

[Digite texto]



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

21	Interpretação de texto descritivo	1,2 e 5	3 e 4
22	Variedades linguísticas, modalidades oral e escrita da língua	1,2 e 5	3 e 4
23	Movimento literário romancista	2,3 e 5	3 e 4
24	Interpretação de texto referencial	2,3 e 5	3 e 4
27	Interpretação de texto informativo	1,2,3 e 5	3 e 4
28	Variedades linguísticas, modalidades oral e escrita da língua	1,2,3 e 5	3 e 4
30	Literatura de transgressão	2,3 e 5	3 e 4
33	Interpretação do gênero narrativo	1,2,3 e 5	3 e 4
35	Literatura de senso comum	2,3 e 5	3,4 e 5
36	Literatura narrativa	2,3 e 5	3 e 4
37	Interpretação de texto descritivo	1,2,3 e 5	1, 3 e 4
38	Literatura romancista	2,3 e 5	3 e 4
39	Variedades linguísticas, modalidades oral e escrita da língua	1,2 e 5	1,2,3 e 4
40	Interpretação de texto narrativo	2,3 e 5	3 e 4
41	Variedades linguísticas, modalidades oral e escrita da	2,3 e 5	3,4 e 5

	língua		
42	Literatura de protesto	2,3 e 5	3 e 4
44	Interpretação de texto informativo	2,3 e 5	3 e 4

A partir da análise realizada sobre a BNCC, verificamos que a competência mais recorrente das 27 das áreas de português e literatura são as competências 2 - Reconhecer a diversidade de gêneros textuais e discursivos, 3 - Realizar leitura crítica e analítica e 5 - Intervir e participar da sociedade, por meio do uso das linguagens em múltiplos suportes que trabalham o reconhecimento, leitura e interpretação dos estudantes.

Já as habilidades que são mais frequentes são as H3 – Ler e interpretar textos de diversos gêneros, modalidades, sabendo fazer uso correto, dependendo da modalidade e H4 – Fazer uso dos diversos tipos de linguagens e intervir na realidade, constituindo-se como agente da sociedade.

Com isso, observa-se que a prova, de acordo com a BNCC trabalha com a leitura e interpretação de texto, em sua totalidade, variando os gêneros que o estudante precisa reconhecer. Trabalha, assim, o estudo do texto argumentativo, seus gêneros e recursos linguísticos: argumentação: tipo, gêneros e usos em língua portuguesa.

A categorização das questões, de acordo com as competências analisadas permitiu, de forma clara e objetiva, a identificação das habilidades mais exploradas, o que demonstrou a identificação de padrões em toda a prova que é voltada para leitura e interpretação de textos verbais e não verbais, conforme demonstrado nas questões seguintes.

Figura 3 - Questão do Enem (2018)

QUESTÃO 07



Disponível em: www.facebook.com/minsaude. Acesso em: 14 fev. 2018 (adaptado).

A utilização de determinadas variedades linguísticas em campanhas educativas tem a função de atingir o público-alvo de forma mais direta e eficaz. No caso desse texto, identifica-se essa estratégia pelo(a)

- A** discurso formal da língua portuguesa.
- B** registro padrão próprio da língua escrita.
- C** seleção lexical restrita à esfera da medicina.
- D** fidelidade ao jargão da linguagem publicitária.
- E** uso de marcas linguísticas típicas da oralidade.

Fonte: ENEM, Prova Azul, 2018 (online), p. 8.

Na imagem acima, por se tratar de uma publicidade produzida pelo Ministério da Saúde e publicada na rede social Facebook, a linguagem utilizada é uma representação da oralidade para tentar atingir a maior quantidade possível de interlocutores sobre o uso do açúcar. Desta forma as competências pré-estabelecidas aqui são as 2 - Reconhecer a diversidade de gêneros textuais e discursivos 3 - Realizar leitura crítica e analítica e a 5 - Intervir e participar da sociedade, por meio do uso das linguagens em múltiplos suportes que exigem do estudante conhecer, identificar e interpretar o texto e o gênero presente na questão. Já as habilidades presentes a 3- Ler e interpretar textos de diversos gêneros, modalidades, sabendo fazer uso correto, dependendo da modalidade e a 4 - Fazer uso dos diversos tipos de linguagens e intervir na realidade, constituindo-se como agente da sociedade, que são a capacidade que os estudantes adquiriram para desempenhar determinada função dentro da questão.

Figura 4 - Questão do Enem (2018)

QUESTÃO 10

Quebranto

às vezes sou o policial que me suspeito
me peço documentos
e mesmo de posse deles
me prendo e me dou porrada

às vezes sou o porteiro
não me deixando entrar em mim mesmo
a não ser
pela porta de serviço

[...]

às vezes faço questão de não me ver
e entupido com a visão deles
sinto-me a miséria concebida como um eterno
começo

fecho-me o cerco
sendo o gesto que me nego
a pinga que me bebo e me embebedo
o dedo que me aponto
e denuncio
o ponto em que me entrego.

às vezes!...

CUTI. *Negroesia*. Belo Horizonte: Mazza, 2007 (fragmento).

Na literatura de temática negra produzida no Brasil, é recorrente a presença de elementos que traduzem experiências históricas de preconceito e violência. No poema, essa vivência revela que o eu lírico

- A** incorpora seletivamente o discurso do seu opressor.
- B** submete-se à discriminação como meio de fortalecimento.
- C** engaja-se na denúncia do passado de opressão e injustiças.
- D** sofre uma perda de identidade e de noção de pertencimento.
- E** acredita esporadicamente na utopia de uma sociedade igualitária.

Fonte: ENEM, Prova Azul, 2018 (online), p. 10.

O poema acima apresenta a vivência do eu lírico com situações de discriminação. Dessa forma, ele incorpora o papel de policial e de porteiro e seus discursos opressores devido à persistência histórica de preconceito e violência.

Nesta questão o estudante precisaria das competências 2 - Reconhecer a diversidade de gêneros textuais e discursivos 3 - Realizar leitura crítica e analítica e a 5 - Intervir e participar da sociedade, por meio do uso das linguagens em múltiplos suportes novamente por se tratar de mais uma interpretação da questão, verificamos também que as habilidades se repetem da mesma forma explicando assim o padrão que a prova do Enem estabelece.

A prova de linguagens trabalhou formas de expressão diferentes, trazendo textos científicos, poesia, poema, charge, propaganda, imagem e outros gêneros textuais, mas todos cobrados da mesma forma, as questões exigiam o conjunto de habilidades e conhecimentos correlacionados para que o estudante realizasse o caderno de língua portuguesa.

5 Considerações finais

Como já mencionado, a intenção deste trabalho era de analisar a prova do Enem 2018, de língua portuguesa, a fim de verificar os conteúdos, as competências e as habilidades, exigidas dos alunos nas avaliações, a fim de observar as tendências do exame, tendo em vista a Base Nacional Comum



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

Curricular - BNCC. Assim, como fundamento básico verificam-se as competências e habilidades associadas aos conteúdos de ensino. A competência, segundo o documento básico do Enem, é um conjunto de habilidades e conhecimentos relacionados que permitem que uma pessoa atue efetivamente em um trabalho ou situação.

Já no que diz respeito às habilidades, o documento afirma que elas decorrem das competências adquiridas e que é uma capacidade aprendida, por meio de treinamento ou experiências, para obter um resultado desejado ou realizar funções de trabalho.

O objetivo do Exame, ao que parece, foi estimular o aluno a articular os conteúdos apreendidos durante seus anos de estudos para resolver questões de forma reflexiva.

Nesse sentido, destaca-se como principal característica o fato de não ser necessário memorizar conteúdo para solucionar os problemas propostos. Para isso, o ENEM utiliza-se de uma matriz de referência, que foi desenvolvida para estruturar o a prova, a fim de definir claramente suas suposições e determinar suas características operacionais.

A concepção de conhecimento presente na matriz pressupõe a colaboração, complementaridade e integração entre os conteúdos das diversas áreas do conhecimento presentes nas propostas curriculares das escolas brasileiras de ensino fundamental e médio. Considera que conhecer é construir e reconstruir significados continuamente, mediante o estabelecimento de relações de múltipla natureza, individuais e sociais.

O modelo da matriz contempla a indicação das competências e habilidades gerais próprias do aluno e também considera como referências o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais, os textos da Reforma do Ensino Médio a BNCC.

A partir disso, a matriz de referencia do ENEM traça os conteúdos e competências de língua portuguesa que os alunos devem apresentar para a resolução da prova que, conforme analisado no presente trabalho, verificamos que esses conteúdo e competências estão de acordo com A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC. Como consequência disso o exame trará como tendência em suas próximas aplicações o parâmetro alinhado com a BNCC tornando assim as competências e habilidades presentes na matriz de referência da prova a sequência da Base Comum Curricular, já que nas análises verificamos que as competências e habilidades tanto da matriz de referência do Enem como da BNCC estão interligadas.

De acordo com a análise das questões, nota-se que a tendência é interpretação e a compreensão de texto seja este verbal ou não verbal. Na maioria das questões de língua portuguesa, essa abordagem, embora importante e necessária não pode ser a única, a língua portuguesa não pode abrir mão de trabalhar fenômenos da linguagem e no caso do ENEM cobra-se dos estudantes a capacidade de reconhecer e manipular os recursos que há na língua.

Portanto, é possível afirmar a relevância das Competências e Habilidades para as avaliações atuais como para nosso objeto de análise o ENEM, contribuindo então para que o aluno não estude apenas para passar no vestibular,

de forma mecânica, mas que através delas ele aprenda, de forma integral os conteúdos e como desenvolvê-los na sua vida.

Referências

AZEVEDO, F. de A. *Novos caminhos e novos fins: a nova política de educação no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.].

_____. A reconstrução educacional no Brasil. Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). In: _____. *A educação entre dois mundos: problemas, perspectivas e orientações*. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.]. p. 59-81.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Matriz de referência*. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Prova Brasil e SAEB*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/prova-brasil-e-saeb>. Acesso em: 05 set. de 2019.

_____. *Lei de diretrizes e bases da educação 9394/1996*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 24 set. 2019.

_____. Ministério da Educação. *Base nacional comum curricular*. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em 02 set. 2019.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GAUTÉRIO, Vanda Leci Bueno; RODRIGUES, Sheyla Costa. Os ambientes de aprendizagem possibilitando transformações no ensinar e no aprender. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (online). Brasília, v. 94, n. 237, p. 603-618, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n237/a13v94n237.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

MACEDO, Lino de. NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de História*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2000. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/arnaldo-niskier/textos-escolhidos>. Acesso em 20 ago. 2020.

NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de História*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

[Digite texto]



CONTEÚDOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA EXIGIDAS NA PROVA DO ENEM EDIÇÃO 2018

PERRENOUD, Philippe. *Agir na urgência, decidir na incerteza: saberes e competências em uma profissão complexa*. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PERRENOUD, Philippe, THURLEI, Monica Gather, MACEDO, Lino, MACHADO, Nilson José, ALLESSANDRINI, Cristina Dias. In:_____. *As competências para ensinar no século XXI*. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

PLANALTO. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 24 set. 2019.

PCN. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC, 2000.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012.

RIBEIRO, Maria Luíza Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 18 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SÃO PAULO. Currículo do Estado de São Paulo. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

_____. Proposta curricular do ensino de língua portuguesa para os 1º e 2º graus, 1985.

_____. SARESP. Disponível em: http://saresp.fde.sp.gov.br/2009/pdf/02_Apresentacao_final.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

SILVA, M. A. da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 02 set. 2019.